



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

8.º CONCURSO PÚBLICO PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROVIMENTO

001. PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

INSTRUÇÕES

- Este caderno de questões contém um total de 100 questões objetivas.
- Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente as questões e assinale com caneta esferográfica azul ou preta a alternativa que você considera válida. Para cada questão existe apenas uma resposta correta.
- Responda a todas as questões. Não é permitida a consulta de qualquer natureza.
- A duração da prova é de 4 horas, incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após 2 horas do início da prova. É obrigatória a permanência em sala dos 3 últimos candidatos de cada sala, até que o último deles entregue sua prova.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo destacar esta capa para futura conferência com o gabarito a ser divulgado.
- Não será permitida a permanência nos corredores.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas, incluindo a vedação a qualquer forma de comunicação externa, eletrônica ou não.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

PROVIMENTO

001. PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

Esta não é a folha de respostas – é gabarito para simples conferência.

01	<input type="checkbox"/>	21	<input type="checkbox"/>	41	<input type="checkbox"/>	61	<input type="checkbox"/>	81	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	22	<input type="checkbox"/>	42	<input type="checkbox"/>	62	<input type="checkbox"/>	82	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	23	<input type="checkbox"/>	43	<input type="checkbox"/>	63	<input type="checkbox"/>	83	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	24	<input type="checkbox"/>	44	<input type="checkbox"/>	64	<input type="checkbox"/>	84	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	25	<input type="checkbox"/>	45	<input type="checkbox"/>	65	<input type="checkbox"/>	85	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	26	<input type="checkbox"/>	46	<input type="checkbox"/>	66	<input type="checkbox"/>	86	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	27	<input type="checkbox"/>	47	<input type="checkbox"/>	67	<input type="checkbox"/>	87	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	28	<input type="checkbox"/>	48	<input type="checkbox"/>	68	<input type="checkbox"/>	88	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	29	<input type="checkbox"/>	49	<input type="checkbox"/>	69	<input type="checkbox"/>	89	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	30	<input type="checkbox"/>	50	<input type="checkbox"/>	70	<input type="checkbox"/>	90	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	31	<input type="checkbox"/>	51	<input type="checkbox"/>	71	<input type="checkbox"/>	91	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	32	<input type="checkbox"/>	52	<input type="checkbox"/>	72	<input type="checkbox"/>	92	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	33	<input type="checkbox"/>	53	<input type="checkbox"/>	73	<input type="checkbox"/>	93	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	34	<input type="checkbox"/>	54	<input type="checkbox"/>	74	<input type="checkbox"/>	94	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	35	<input type="checkbox"/>	55	<input type="checkbox"/>	75	<input type="checkbox"/>	95	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	36	<input type="checkbox"/>	56	<input type="checkbox"/>	76	<input type="checkbox"/>	96	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	37	<input type="checkbox"/>	57	<input type="checkbox"/>	77	<input type="checkbox"/>	97	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	38	<input type="checkbox"/>	58	<input type="checkbox"/>	78	<input type="checkbox"/>	98	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	39	<input type="checkbox"/>	59	<input type="checkbox"/>	79	<input type="checkbox"/>	99	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	40	<input type="checkbox"/>	60	<input type="checkbox"/>	80	<input type="checkbox"/>	100	<input type="checkbox"/>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

8.º CONCURSO PÚBLICO PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROVIMENTO

001. PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

REGISTROS PÚBLICOS

- 01.** Sobre a escritura de divórcio consensual, é correto afirmar que
- (A) qualquer disposição da escritura somente pode ser retificada com a presença das duas partes, ou de seus representantes, e do advogado.
 - (B) a partilha dos bens comuns deve ser realizada quando da lavratura do ato.
 - (C) as partes podem ser representadas por procuração lavrada por notário estrangeiro, desde que utilizada no prazo de cento e vinte dias.
 - (D) admite-se, na partilha dessa escritura, a aplicação subsidiária das normas relativas à partilha em inventário extrajudicial.
- 02.** Com relação ao Registro Central de Testamentos (RCT-o), assinale a alternativa que contém a afirmação correta.
- (A) A comunicação é obrigatória apenas se houver testamento lavrado e deverá ser realizada até o quinto dia útil de cada mês subsequente à prática do ato.
 - (B) Qualquer pessoa, independentemente de demonstrar interesse, poderá requerer diretamente ao órgão gestor do RCT-o e dele obter informação sobre a existência ou não de testamento.
 - (C) A certidão do testamento poderá ser solicitada diretamente no tabelionato onde lavrado o ato notarial.
 - (D) O ofício de informação deverá ser respondido no prazo máximo de cinco dias úteis.
- 03.** Em relação ao livro de notas, é correto afirmar que
- (A) a aquisição será realizada por meio da corregedoria permanente de cada tabelionato.
 - (B) a atualização, junto ao fabricante do livro, do nome dos responsáveis pelas unidades vagas será realizada pela Corregedoria-Geral da Justiça.
 - (C) o Tabelião poderá autorizar prepostos, mediante indicação expressa ao fabricante, a receber, em seu nome, livro de notas.
 - (D) o fabricante do livro encaminhará semestralmente à Corregedoria-Geral da Justiça inventário completo das entregas realizadas a cada serventia.
- 04.** Sobre a certidão de ato notarial, pode-se concluir corretamente que
- (A) a emissão de traslado de ato incompleto somente é possível mediante ordem da Corregedoria Permanente.
 - (B) o papel de segurança de certidão pode ser excepcionalmente repassado entre unidades extrajudiciais, desde que haja autorização da Corregedoria-Geral da Justiça.
 - (C) a utilização da pública-forma é permitida quando há expresse pedido do usuário, devendo essa petição ser arquivada em classificador próprio.
 - (D) é obrigatória a manutenção de classificador próprio para arquivamento dos documentos referentes à requisição e recebimento de papel de segurança.
- 05.** Do ato de reconhecimento de firmas, é correto concluir que
- (A) é obrigatório o uso de etiqueta adesiva na lavratura de reconhecimento de firma por autenticidade, devendo nela constar as assinaturas da parte e do escrevente autorizado.
 - (B) o reconhecimento, por tabelião, de firma de Juiz de Direito, em documento autenticado por Oficial de Justiça, é obrigatório para gerar efeitos na comarca onde o documento será apresentado.
 - (C) é possível o reconhecimento de firma em documento redigido em língua estrangeira apenas se apresentada conjuntamente com ele a tradução realizada por tradutor juramentado.
 - (D) é possível reconhecimento de firma de uma das partes em documento no qual falte assinatura de todas as outras.
- 06.** O Livro de Registro Diário da Receita e da Despesa deve ser visado pelo Juiz Corregedor Permanente:
- (A) trimestralmente.
 - (B) quadrimestralmente.
 - (C) semestralmente.
 - (D) anualmente.
- 07.** De acordo com a Lei Estadual n.º 11.331, de 26 de dezembro de 2002, os Municípios são
- (A) isentos do pagamento de emolumentos.
 - (B) isentos do pagamento das parcelas dos emolumentos destinadas ao Estado, à Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro, ao custeio dos atos gratuitos de registro civil e ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.
 - (C) sujeitos ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor dos emolumentos.
 - (D) sujeitos ao pagamento integral do valor dos emolumentos.

- 08.** O prazo para tirada do protesto é, em princípio, de
- (A) 3 (três) dias úteis, contados da protocolização do título ou do documento de dívida.
 - (B) 3 (três) dias úteis, contados da data em que a intimação for efetivada.
 - (C) 5 (cinco) dias úteis, contados da protocolização do título ou do documento de dívida.
 - (D) 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a intimação for efetivada.
- 09.** Para a lavratura do ato notarial, considera-se atualizada a certidão do Registro de Imóveis expedida há
- (A) 5 (cinco) dias.
 - (B) 10 (dez) dias.
 - (C) 30 (trinta) dias.
 - (D) 90 (noventa) dias.
- 10.** Considera-se deficitária, para fins de complementação da renda mínima, a serventia
- (A) de registro civil cuja receita líquida não atingir o equivalente a 10 (dez) salários mínimos mensais.
 - (B) cuja receita líquida não atingir o equivalente a 20 (vinte) salários mínimos mensais.
 - (C) cuja receita bruta não atingir o equivalente a 10 (dez) salários mínimos mensais.
 - (D) de registro civil cuja receita bruta não atingir o equivalente a 20 (vinte) salários mínimos mensais.
- 11.** Considerando os parâmetros para definição de valor da base de cálculo, no caso de usufruto, os emolumentos dos atos notariais serão calculados
- (A) sobre o valor integral do imóvel.
 - (B) sobre a terça parte do valor do imóvel.
 - (C) com redução de 40% (quarenta por cento).
 - (D) sobre dois terços do valor do imóvel.
- 12.** No registro de nascimento, não se fará qualquer referência:
- I. à natureza da filiação;
 - II. ao lugar e cartório do casamento dos pais;
 - III. ao estado civil dos pais.
- Está correto o contido em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
- 13.** No caso de a criança morrer na ocasião do parto, tendo, entretanto, respirado,
- (A) o registro será feito no livro “C Auxiliar” – de registro de natimortos, com os elementos que couberem.
 - (B) será dispensado o registro de óbito, fazendo-se a averbação no registro de nascimento.
 - (C) será lavrado o registro de óbito, no livro “C”, dispensando-se a lavratura do registro de nascimento.
 - (D) serão feitos dois assentos, o de nascimento e o de óbito, com os elementos cabíveis e com remissões recíprocas.
- 14.** Em relação ao casamento, conforme previsto nas Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça,
- (A) qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro, sendo admitida a supressão total do sobrenome de solteiro.
 - (B) qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro, sendo vedada a supressão total do sobrenome de solteiro.
 - (C) apenas a mulher poderá acrescer ao seu o sobrenome do homem, sendo admitida a supressão total do sobrenome de solteira.
 - (D) apenas a mulher poderá acrescer ao seu o sobrenome do homem, sendo vedada a supressão total do sobrenome de solteira.
- 15.** O título ou documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado judicialmente
- (A) poderá ser pago pelo devedor ou retirado pelo apresentante, independentemente de autorização judicial.
 - (B) poderá ser pago pelo devedor, independentemente de autorização judicial.
 - (C) poderá ser retirado pelo apresentante, independentemente de autorização judicial.
 - (D) só poderá ser pago ou retirado com autorização judicial.
- 16.** Efetuado o pagamento de um título no Tabelionato de Protesto, o dinheiro ou os cheques de liquidação serão postos à disposição do credor ou do apresentante autorizado a receber no
- (A) primeiro dia útil depois do pagamento.
 - (B) segundo dia útil depois do pagamento.
 - (C) terceiro dia útil depois do pagamento.
 - (D) quinto dia útil depois do pagamento.

17. Sobre prenotação no Registro de Imóveis, analise as seguintes afirmações.

- I. Cessarão automaticamente os efeitos da prenotação se, decorridos 30 (trinta) dias do seu lançamento no Protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
- II. Nos procedimentos de regularização fundiária de interesse social, os efeitos da prenotação cessarão se, decorridos 60 (sessenta) dias de seu lançamento no protocolo, o título não tiver sido registrado por omissão do interessado em atender às exigências legais.
- III. Bloqueada a matrícula, o oficial não poderá mais nela praticar qualquer ato, salvo com autorização judicial, permitindo-se, todavia, aos interessados a prenotação de seus títulos, que ficarão com o prazo prorrogado até a solução do bloqueio.
- IV. Transitada em julgado a decisão que julgou a dúvida procedente, assim que tomar ciência da decisão, o oficial a consignará no Protocolo e cancelará a prenotação.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

18. Para a averbação de penhora decorrente de execuções fiscais, havendo exigências a cumprir, o Oficial do Registro de Imóveis as comunicará ao Juízo competente no prazo de

- (A) três dias.
- (B) cinco dias.
- (C) dez dias.
- (D) quinze dias.

19. Acerca da caução locatícia, analise as seguintes afirmações.

- I. Deve ser considerada como hipoteca e registrada na matrícula do imóvel caucionado.
- II. Deve ser registrada na matrícula do imóvel caucionado e averbada na matrícula do imóvel locado.
- III. Deve ser averbada na matrícula do imóvel caucionado.
- IV. Os emolumentos devidos pelo ato registral serão pagos quando da efetivação de seu cancelamento, ou do registro da arrematação ou adjudicação do imóvel caucionado, pelos valores vigentes à época do pagamento.

Está correto o contido em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

20. Com relação às tabelas de custas e emolumentos, analise as seguintes afirmações.

- I. Sempre que forem alteradas ou divulgadas novas tabelas de custas e emolumentos, estas não se aplicarão aos atos notariais e de registro já solicitados, tenha havido ou não depósito total ou parcial dos emolumentos previstos.
- II. Sempre que forem alteradas ou divulgadas novas tabelas de custas e emolumentos, estas não se aplicarão aos atos notariais e de registro já solicitados, apenas quando tenha havido o depósito total ou parcial dos emolumentos previstos.
- III. Para atendimento aos deficientes visuais, deve ser obrigatoriamente disponibilizada pela serventia notarial ou registral tabela de emolumentos em Alfabeto Braille ou, alternativamente, em arquivo sonoro (audioarquivo).
- IV. Os oficiais de registros e os notários devem ser sensíveis aos portadores de necessidades especiais e, de acordo com suas possibilidades, podem, facultativamente, disponibilizar tabela de emolumentos em Alfabeto Braille ou em arquivo sonoro (audioarquivo), destinada aos deficientes visuais.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.

21. A gestão dos recursos destinados à compensação dos atos gratuitos do registro civil das pessoas naturais e à complementação da receita mínima é atualmente exercida pelo(a)

- (A) Sindicato dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – SINOREG/SP.
- (B) Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo – CGJSP.
- (C) Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo – ANOREG/SP.
- (D) Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

22. O registro e a autenticação dos livros das associações civis são feitos

- (A) pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da localidade da sede da entidade.
- (B) por Tabelião de Notas de livre escolha da entidade.
- (C) pelo Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas onde os atos constitutivos da entidade estiverem registrados.
- (D) pela Junta Comercial do Estado.

23. Os emolumentos devidos pelos atos de abertura de matrícula, registro de incorporação, parcelamento do solo, averbação de construção, instituição de condomínio, averbação da carta de “habite-se” e demais atos referentes à construção de empreendimentos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) serão reduzidos em:
- I. 75% (setenta e cinco por cento) para os empreendimentos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);
 - II. 50% (cinquenta por cento) para os atos relacionados aos demais empreendimentos do PMCMV;
 - III. 80% (oitenta por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a seis e até dez salários mínimos;
 - IV. 90% (noventa por cento), quando os imóveis residenciais forem destinados a beneficiário com renda familiar mensal superior a três e igual ou inferior a seis salários mínimos.
- Está correto o contido em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) II e IV, apenas.
 - (C) III e IV, apenas.
 - (D) I, II, III e IV.
24. Sobre o livro de Visitas e Correições, pode-se afirmar corretamente que
- (A) será aberto e numerado pelo delegado do serviço notarial ou registral, e o termo de abertura será subscrito pelo Juiz Corregedor Permanente, que também autenticará e rubricará todas as suas folhas, podendo utilizar, para tal, processo mecânico de autenticação.
 - (B) será aberto, numerado, autenticado e encerrado pelo delegado, podendo ser utilizado, para rubrica em todas as suas folhas, processo mecânico de autenticação, previamente aprovado pela autoridade judiciária competente.
 - (C) será aberto, numerado, autenticado e encerrado pelo Juiz Corregedor Permanente, que poderá utilizar processo mecânico de autenticação para apor sua rubrica em todas as suas folhas.
 - (D) é utilizado livro-padrão encaminhado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado, para lavratura dos termos de visitas e correições realizadas pelo Juiz Corregedor Permanente e pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado e das inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça.
25. Todas as aquisições de imóveis rurais por estrangeiros deverão ser obrigatoriamente comunicadas pelo Oficial de Registro de Imóveis ao INCRA e à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, na seguinte periodicidade:
- (A) mensalmente.
 - (B) bimestralmente.
 - (C) trimestralmente.
 - (D) semestralmente.
26. É competente para autenticar microfilmes apresentados por particulares o
- (A) tabelião de notas.
 - (B) oficial do registro de títulos e documentos.
 - (C) oficial do registro civil das pessoas naturais em relação às empresas registradas na Junta Comercial do Estado e localizadas no território de sua competência registral.
 - (D) oficial do registro civil das pessoas jurídicas onde os atos constitutivos da entidade estiverem registrados.
27. Com relação à investidura de delegado do serviço notarial e registral, analise as seguintes afirmações.
- I. A investidura será deferida ao delegado após a verificação dos requisitos legais e regulamentares, bem como da apresentação de declaração de bens.
 - II. No ato da investidura, deverão ser apresentadas cópias das apólices dos seguros de responsabilidade civil notarial/registral e de incêndio das instalações do imóvel onde se encontra instalado o respectivo serviço.
 - III. É competente, para investir o delegado na delegação escolhida em sessão pública, o Juiz Corregedor Permanente do serviço respectivo, que deverá apostilar o título e comunicar o ato, no prazo de 10 (dez) dias, à Corregedoria Geral da Justiça.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I, II e III.

28. Em relação ao registro do casamento religioso para efeitos civis, analise as seguintes afirmações.

- I. A habilitação matrimonial perante o oficial do registro civil das pessoas naturais poderá ser antes ou depois da celebração pela autoridade ou ministro religioso.
- II. O termo ou assento do casamento religioso será assinado pelo celebrante do ato, pelos nubentes e pelas testemunhas, sendo exigido, para o seu registro, o reconhecimento da firma do celebrante.
- III. O registro civil de casamento religioso deverá ser promovido dentro de noventa dias de sua realização. Após referido prazo, o registro dependerá de nova habilitação.
- IV. O casamento religioso celebrado sem as formalidades exigidas pela lei civil poderá ser registrado a qualquer tempo desde que se proceda à prévia habilitação.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

29. No caso de registro de óbito de pessoa estrangeira, deverá o oficial do registro civil das pessoas naturais enviar cópia ou certidão desse registro para a seguinte instituição:

- (A) Embaixada ou Consulado no Brasil do país de nacionalidade do morto.
- (B) Ministério das Relações Exteriores.
- (C) Ministério da Justiça.
- (D) Receita Federal do Brasil.

30. Quanto ao livro de Visitas do Ministério Público, é um livro

- (A) obrigatório para as unidades de serviços do registro civil das pessoas naturais.
- (B) facultativo para as unidades de serviços do registro civil das pessoas naturais.
- (C) obrigatório para todas as unidades de serviços notariais e registrais.
- (D) facultativo para todas as unidades de serviços notariais e registrais.

31. As comunicações entre as unidades de serviços do registro civil das pessoas naturais do Estado de São Paulo, para fins de anotações de novos registros e averbações nos assentamentos primitivos, são feitas

- (A) por meio eletrônico, no *e-mail* oficial da serventia que foi informado à Corregedoria Geral da Justiça do Estado, desde que a remessa seja devidamente assinada com Certificado Digital ICP-Brasil.
- (B) por meio eletrônico, no *e-mail* oficial da serventia que foi informado à Corregedoria Geral da Justiça do Estado.
- (C) por meio eletrônico, via “intranet”.
- (D) mediante carta relacionada em protocolo, anotando-se à margem ou sob o ato comunicado o número do protocolo.

32. Pretendendo lavrar escritura de compra e venda de imóvel, o interessado

- (A) pode escolher livremente o tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objetos do ato ou negócio.
- (B) deve dirigir-se ao tabelião de notas existente na comarca do domicílio do vendedor.
- (C) deve dirigir-se ao tabelião de notas da comarca da situação do imóvel.
- (D) deve dirigir-se ao tabelião de notas da comarca do domicílio do devedor, fixando-se a competência para eventual ação judicial.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Leia o texto a seguir para responder à questão de número 33.

A base do *habeas corpus*, uma ação de natureza constitucional, é assegurar a liberdade do indivíduo (direito de ir e vir), ameaçada pelo chamado constrangimento ilegal. Existem três modalidades desta ação: a) o *habeas corpus* preventivo, interposto antes do constrangimento, visa impedir a ocorrência deste último; b) o *habeas corpus* suspensivo, a ser utilizado pelo indivíduo quando já consumado o constrangimento ilegal e, por fim; c) o *habeas corpus* episódico, cabível quando o constrangimento ilegal é praticado por particular.

33. De acordo com o texto, é correto afirmar que

- (A) o *habeas corpus* é uma ação de natureza administrativa e não constitucional. A presença do *habeas corpus* na Constituição vigente, de 1988, é absolutamente acidental.
- (B) o *habeas corpus* preventivo não existe mais. Trata-se de construção doutrinária largamente aceita até a primeira metade do século XX.
- (C) para impetrar o *habeas corpus* suspensivo é preciso constituir advogado.
- (D) não existe o *habeas corpus* episódico.

34. A Ação Civil Pública se volta à tutela dos direitos
- (A) difusos, direitos coletivos e interesses individuais homogêneos.
 - (B) difusos, direitos comunitários e interesses individuais homogêneos.
 - (C) difusos, direitos coletivos e interesses individuais heterogêneos.
 - (D) sociais, direitos coletivos e interesses individuais homogêneos.
35. Com relação ao *quorum* para a produção de normas pelo Poder Legislativo, assinale a alternativa correta.
- (A) Maioria simples é toda aquela que exige metade mais um dos integrantes do colegiado.
 - (B) Maioria absoluta é toda aquela que exige metade mais um dos presentes.
 - (C) Maioria qualificada é toda aquela que exige 4/6 dos integrantes do colegiado.
 - (D) Maioria simples é toda aquela que exige metade mais um dos presentes.
36. Quanto à duração ou vigência, é correto afirmar que o Estado de Defesa vigora por
- (A) 30 dias, podendo ser renovado por mais 30 dias e assim sucessivamente, enquanto for necessário.
 - (B) até 30 dias, podendo ser renovado somente mais uma vez por igual período.
 - (C) 90 dias, sem possibilidade de renovação de sua vigência.
 - (D) 15 dias e, não gerando os efeitos pretendidos, converte-se em Intervenção.
37. Tomando por referência o texto original da Constituição Federal em comparação com as modificações introduzidas pelas emendas constitucionais n.ºs 41, de 2003, e 47, de 2005, pode-se afirmar corretamente que
- (A) é vedado ao pensionista receber subsídios ou vencimentos.
 - (B) as hipóteses de acumulação de cargos não foram modificadas pelas emendas.
 - (C) é vedado ao servidor acumular vencimentos com proventos.
 - (D) o teto constitucional da remuneração dos servidores impede a acumulação de cargos.
38. A legislação ordinária produzida sob a vigência de uma dada constituição e que se mostra compatível ou harmônica em face de uma nova constituição é considerada válida em decorrência da
- (A) repristinação.
 - (B) constitucionalidade presumida dos atos lícitos.
 - (C) recepção.
 - (D) plena legalidade do poder constituinte reformador.
39. A Constituição Federal de 1988 trouxe em seu bojo ações constitucionais chamadas de *writs*. Dentre estas ações, há uma que visa proteger o exercício de um direito constitucional pelo cidadão, tornado inviável pela falta de norma regulamentadora.
- Trata-se do(a)
- (A) mandado de segurança coletivo.
 - (B) *habeas data* extensivo.
 - (C) ação de descumprimento de preceito fundamental.
 - (D) mandado de injunção.
40. A competência legislativa disposta na Constituição Federal permite aos entes políticos, em certas matérias e em dadas circunstâncias, legislarem concomitantemente sobre as mesmas matérias. É a chamada competência concorrente. Sobre esse aspecto, pode-se afirmar corretamente que
- (A) se o Estado-membro já tiver editado lei sobre dada matéria, a superveniência de lei federal sobre o mesmo tema não interfere na aplicação da lei estadual.
 - (B) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.
 - (C) a única matéria em que uma lei municipal não cederá e nem deixará de ser aplicada ante uma legislação federal é a de meio ambiente.
 - (D) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos estados-membros.

41. Sobre os contratos administrativos e seu regime jurídico, é correto afirmar que
- (A) ao ocasionar efeitos no contrato, a majoração de tributo realizada por ente de outra esfera administrativa caracteriza fato do príncipe.
 - (B) no contrato de locação de bem imóvel, aplica-se o regime jurídico de direito público quando a Administração for parte.
 - (C) o regime jurídico de direito público e o princípio constitucional da igualdade não permitem à Administração o uso de cláusulas exorbitantes.
 - (D) por razões de interesse público, a regra *rebus sic stantibus* não é aplicada nos contratos administrativos.
42. Sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que
- (A) a responsabilidade civil do Estado é, em regra, objetiva no caso de conduta omissiva.
 - (B) as concessionárias de serviço público respondem objetivamente, mesmo que o prejudicado não seja usuário.
 - (C) a teoria do risco integral é a regra mais utilizada no Brasil para definir a responsabilidade civil do Estado.
 - (D) em regra, o ato estatal e o dano que a vítima sofre são elementos necessários e suficientes para caracterizar a responsabilidade civil do Estado.
43. Sobre o controle dos atos da Administração Pública, é **incorreto** afirmar que
- (A) ato administrativo inválido pode ser recusado pelo cidadão, independentemente de declaração administrativa ou judicial prévia.
 - (B) ato administrativo discricionário pode ser anulado por análise do seu mérito.
 - (C) o controle existente entre a administração direta e a indireta é não-hierárquico.
 - (D) o Judiciário, ao aplicar o princípio da razoabilidade, pode alterar a pena aplicada pela Administração em processo administrativo disciplinar.
44. Sobre desapropriação, é correto afirmar que o(a)
- (A) competência para legislar sobre desapropriação é concorrente.
 - (B) Município pode, por interesse social, desapropriar imóvel rural para fins de reforma agrária.
 - (C) Estado de São Paulo não pode desapropriar imóvel, situado em região metropolitana, para fins de política urbana.
 - (D) competência do Chefe do Poder Executivo, na fase declaratória da desapropriação, não é exclusiva.
45. Sobre bens públicos, é correto concluir que
- (A) pode ser autorizado discricionariamente o uso privativo de bem público a particular não pertencente à Administração Pública.
 - (B) bens necessários à prestação de serviço público não podem ser penhorados, exceto se pertencentes à pessoa jurídica de direito privado.
 - (C) bens públicos são insusceptíveis de desapropriação.
 - (D) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens públicos de uso comum do povo pertencentes à União; portanto, são inalienáveis.
46. Sobre poder de polícia, é correto afirmar que
- (A) a multa imposta pela Administração no exercício do poder de polícia pode ser executada diretamente pela via administrativa, devido ao atributo da autoexecutoriedade.
 - (B) o poder de polícia pode ser delegado a particular por decreto ou outra norma administrativa, desde que específica e clara em seu objeto.
 - (C) lei municipal pode impedir a instalação de estabelecimento comercial do mesmo ramo em determinada área.
 - (D) a concessão de licença para construir é um ato administrativo vinculado, derivado do exercício do poder de polícia.
47. Com relação à exoneração do servidor público, é correto afirmar que
- (A) ocorre apenas a pedido do interessado, desde que não esteja sendo processado judicial ou administrativamente.
 - (B) deve ser motivada nas seguintes hipóteses: de servidor não estável, durante o estágio probatório; e do servidor estável, por insuficiência de desempenho.
 - (C) não se aplica ao servidor estável.
 - (D) trata-se de desinvestidura do cargo, de ofício.
48. O ato administrativo, ainda que discricionário, quando tiver sua prática motivada, fica vinculado aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Se tais motivos são falsos ou inexistentes, o ato praticado é nulo.
- Assinale a alternativa correta.
- (A) Trata-se da teoria dos motivos determinantes.
 - (B) O ato administrativo discricionário não pode ser motivado.
 - (C) Os motivos dos atos administrativos decorrem da lei.
 - (D) Trata-se do princípio da legalidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

49. Sobre a definição de tributo, é correto afirmar que
- (A) ato praticado por incapaz, sem assistência ou representação, não gera obrigação de pagar tributo.
 - (B) é admissível o pagamento de tributo mediante a prestação de trabalho ao ente tributante.
 - (C) é inadmissível que ilícito administrativo, cometido pelo contribuinte, acarrete aumento no valor de tributo devido.
 - (D) o confisco, previsto em norma aduaneira em caso de descaminho, é uma modalidade de tributo.
50. Com relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), é correto concluir que
- (A) o conceito de bem imóvel rural obedece ao critério da destinação.
 - (B) é possível o Município fiscalizar o tributo, podendo conceder isenção ou outro tipo de redução do imposto.
 - (C) o lançamento do imposto, via de regra, dá-se de ofício.
 - (D) é possível a adoção de alíquotas de acordo com a utilização do imóvel.
51. Sobre obrigação tributária, é correto afirmar que
- (A) o sujeito ativo é a pessoa que pode exigir o tributo; não necessariamente coincide com aquela que deve instituí-lo.
 - (B) a posterior concessão de anistia altera a natureza da obrigação tributária.
 - (C) fato gerador da obrigação tributária ocorre, em situação de fato, desde quando esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.
 - (D) o sujeito passivo da obrigação tributária principal é sempre o contribuinte, não podendo ser opostos à Fazenda Pública acordos entre particulares para modificá-lo.
52. Sobre a moratória, pode-se concluir que
- (A) pode ser concedida por ato do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto às contribuições para a seguridade social.
 - (B) a concessão de moratória em caráter individual pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto gera direito adquirido.
 - (C) a norma paulistana concessiva de moratória deve ser impessoal; não pode discriminar sua aplicabilidade a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
 - (D) lei paulista pode fazer com que a moratória abranja créditos cujos lançamentos ainda não tenham sido iniciados.

53. Considerado o art. 111 do Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta.

- (A) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre compensação e extinção de tributos.
- (B) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão de crédito tributário e outorga de isenção.
- (C) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre consignação em pagamento e conversão em renda.
- (D) Deve ser interpretada literalmente a legislação tributária que disponha sobre prescrição e sobre decadência.

54. Estão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) os imóveis

- (A) situados no perímetro urbano e na zona rural do Município.
- (B) situados no perímetro urbano e na zona rural do Município, desde que dentro da circunscrição máxima de 10 quilômetros de raio.
- (C) que, situados na zona rural do Município, sejam objeto de atenção do Município, quanto a serviços de coleta de lixo prestados pela Prefeitura Municipal.
- (D) situados na zona urbana do Município, definida em lei municipal e que possuam pelo menos dois melhoramentos, dentre os quais, sistema de esgotos sanitários, abastecimento de água, meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais e rede de iluminação pública, com ou sem postes para distribuição, construídos e mantidos pelo Poder Público.

DIREITO CIVIL

55. No que se refere ao casamento religioso com efeitos civis, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O casamento religioso que atender às exigências legais para a validade do casamento civil produz efeitos a partir da data de sua inscrição no livro de Registro Civil das Pessoas Naturais.
- (B) Os efeitos civis do casamento religioso serão alcançados após o regular processo de habilitação, que poderá ser prévio ou posterior à celebração do casamento.
- (C) A morte de um dos cônjuges não impedirá o registro civil do casamento religioso realizado validamente, quando o pedido de registro for encaminhado dentro do prazo da lei.
- (D) Será nulo o registro civil do casamento religioso quando já registrado anteriormente o casamento civil de algum dos cônjuges.

56. Os alimentos cômgruos são
- (A) aqueles destinados à manutenção da condição social do credor de alimentos.
 - (B) aqueles estritamente necessários à sobrevivência do alimentando.
 - (C) aqueles que têm como causa a morte do alimentante e são fixados por meio de legado de alimentos, em cédula testamentária.
 - (D) de natureza indenizatória, decorrentes de ato ilícito.
57. No que concerne ao protutor, é correto afirmar que
- (A) não está obrigado à prestação de contas.
 - (B) ele é nomeado pelo juiz para fiscalizar os atos do tutor.
 - (C) a ele incumbe o exercício exclusivo da tutela, mediante aprovação judicial, se os atos de gestão exigirem conhecimentos técnicos, forem complexos ou realizados em lugares distantes do domicílio do tutor.
 - (D) não faz jus ao recebimento de uma gratificação arbitrada pelo juiz.
58. Na sucessão legítima, a aceitação da herança pelo herdeiro
- (A) pode ser submetida a termo ou condição.
 - (B) pode ser reputada por ineficaz se for verificada a incapacidade sucessória do herdeiro.
 - (C) pode abranger apenas alguns bens ou direitos do acervo hereditário.
 - (D) é revogável.
59. A exclusão por indignidade
- (A) é feita por testamento, com declaração de causa.
 - (B) abrange todos os motivos da deserdação.
 - (C) está sempre fundada em fatos anteriores à morte do autor da herança.
 - (D) alcança os herdeiros legítimos e testamentários.
60. Na ordem de vocação hereditária, os colaterais
- (A) são herdeiros facultativos, até o quarto grau.
 - (B) são herdeiros necessários, até o terceiro grau.
 - (C) são herdeiros necessários, até o sexto grau.
 - (D) não são herdeiros necessários, nem, tampouco, facultativos, podendo ser contemplados, tão somente, por meio de testamento.
61. Acerca da vigência da lei federal em todo o território nacional, caso não mencionado expressamente nenhum prazo no ato de sua publicação, pode-se concluir que
- (A) haverá *vacatio legis* de noventa dias, com prazo progressivo.
 - (B) sua vigência será imediata.
 - (C) haverá *vacatio legis* de quarenta e cinco dias, com vigência sincrônica.
 - (D) a vigência ocorrerá de forma sincrônica no dia útil seguinte ao da publicação.
62. Nos negócios jurídicos, são vedadas as condições
- (A) puramente potestativas.
 - (B) simplesmente potestativas.
 - (C) mistas.
 - (D) casuais.
63. Dois indivíduos pretendem realizar determinado negócio prejudicial a terceiro ou em fraude à lei. Para escondê-lo, ou dar-lhe aparência diversa, realizam outro negócio. Há, portanto, dois negócios: um deles é o aparente, destinado a enganar; o outro é o oculto, mas verdadeiramente desejado. Nesse caso, há
- (A) dolo.
 - (B) simulação absoluta.
 - (C) simulação relativa.
 - (D) lesão.
64. No âmbito das obrigações divisíveis com pluralidade de sujeitos no polo passivo, nada sendo expressamente disposto em lei, nem no contrato, acerca da natureza e limites da obrigação de cada qual, no aspecto interno presume-se que a obrigação é
- (A) solidária.
 - (B) alternativa.
 - (C) conjunta.
 - (D) fracionária.
65. Nas obrigações de não fazer, incorre-se em mora
- (A) após regular notificação acerca da prática do ato cuja abstenção era exigível, delineando-se a mora *ex persona*.
 - (B) somente após regular distribuição de ação em conflito de interesses processual.
 - (C) a partir do momento em que se executa o ato de que deveria abster-se, independentemente de qualquer notificação, caracterizando-se a mora *ex re*.
 - (D) somente após citação válida em sede de conflito de interesses processual.

66. A lesão e a onerosidade excessiva na teoria geral dos contratos referem-se ao princípio do(a)
- (A) autonomia privada.
 - (B) função social do contrato.
 - (C) boa-fé objetiva.
 - (D) equilíbrio econômico.
67. No comodato precário,
- (A) a mora é *ex re*, de modo que a qualquer tempo afigura-se viável o pedido de reintegração de posse do bem.
 - (B) a mora é *ex persona*, impondo-se como condição de procedibilidade à reintegração a prévia notificação do comodatário.
 - (C) o comodante poderá retomar a coisa a qualquer tempo, com o uso moderado dos meios necessários, prescindindo de intervenção judicial.
 - (D) o comodatário poderá opor a exceção de usucapião, com fundamento na continuidade da posse legítima.
68. Na troca ou permuta de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante, o ato é
- (A) ineficaz.
 - (B) inexistente.
 - (C) anulável.
 - (D) nulo.
69. Na celebração de contrato de seguro de um edifício no montante de um milhão de reais, houve distribuição simultânea do risco para cinco seguradores. Trata-se de
- (A) Cosseguro.
 - (B) Seguro Sucessivo.
 - (C) Resseguro Facultativo.
 - (D) Resseguro Automático.
70. A Convenção Condominial tem natureza jurídica de
- (A) ato jurídico em sentido estrito.
 - (B) negócio jurídico plurilateral.
 - (C) negócio jurídico unilateral.
 - (D) negócio jurídico bilateral.
71. Condomínio que existe em virtude da propriedade comum de lindeiros quanto à meação de paredes, cercas, muros e valas entre casas denomina-se:
- (A) Condomínio *in solidum*.
 - (B) Condomínio voluntário.
 - (C) Condomínio edilício.
 - (D) Condomínio necessário.
72. No que se refere às árvores limítrofes, é correto afirmar que os frutos que eventualmente se desprenderem de uma árvore situada em terreno vizinho e vierem a cair em solo particular pertencerão
- (A) em condomínio necessário, em igualdade, aos proprietários confinantes.
 - (B) ao proprietário do solo em que caírem, se este for de propriedade particular.
 - (C) exclusivamente ao proprietário onde situada a árvore.
 - (D) sempre ao Poder Público.
73. Os bens que podem ser objeto de hipoteca são
- (A) todos os bens móveis.
 - (B) todos os bens imóveis e seus acessórios, excluídos quaisquer outros.
 - (C) os imóveis, seus acessórios, o domínio direto, o domínio útil, as estradas de ferro, os recursos naturais referidos no art. 1230 do Código Civil, independentemente do solo em que se acham, os navios e as aeronaves.
 - (D) os imóveis, seus acessórios, o domínio direto, o domínio útil, as estradas de ferro, os recursos naturais referidos no art. 1230 do Código Civil, independentemente do solo em que se acham. Os navios e aeronaves não poderão ser objeto de hipoteca, porquanto não caracterizam bens imóveis.
74. Cotejando a usucapião extraordinária e ordinária, resulta que aquela dispensa os seguintes requisitos em relação a esta:
- (A) Justo Título e Boa-fé subjetiva.
 - (B) apenas o Justo Título, sendo necessária a Boa-fé subjetiva.
 - (C) apenas a Boa-fé subjetiva, sendo necessário o Justo Título.
 - (D) apenas a Boa-fé objetiva, sendo necessária a subjetiva.

75. João pretende cobrar judicialmente Antônio por débito por este contraído. Antes do ajuizamento da demanda, João toma conhecimento de que Antônio faleceu, tendo sido aberto inventário com nomeação de inventariante dativo. João deverá mover a demanda em face
- (A) do cônjuge de Antônio.
 - (B) do espólio de Antônio, representado pelo inventariante dativo.
 - (C) dos herdeiros e sucessores de Antônio.
 - (D) do espólio de Antônio, representado pelo cônjuge sobrevivente.
76. Documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, subscrito pelas partes,
- (A) não tem eficácia probatória, não servindo como meio de prova.
 - (B) é prova bastante dos fatos declarados pelo oficial.
 - (C) é válido como início de prova a ser complementada por outras provas.
 - (D) tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
77. A averbação no registro de imóveis da certidão comprobatória do ajuizamento da execução
- (A) assegura ao exequente a preferência no recebimento do dinheiro por ocasião da venda do imóvel em hasta pública.
 - (B) faz presumir ter sido realizada em fraude de execução a alienação posterior do bem sobre o qual recaiu a averbação.
 - (C) autoriza o exequente a realizar, com prioridade sobre os demais credores, a penhora do bem imóvel sobre o qual recaiu a averbação.
 - (D) dispensa o exequente de realizar a penhora subsequente do bem imóvel sobre o qual recaiu a averbação.
78. A impenhorabilidade do imóvel residencial próprio do casal ou da entidade familiar, considerado bem de família, é oponível em qualquer processo de execução, salvo se movido para
- (A) cobrança de débito decorrente do não pagamento de contrato de abertura de crédito em conta corrente.
 - (B) cobrança de débito decorrente de fiança concedida em contrato de locação.
 - (C) cobrança de débito decorrente de contrato de alienação fiduciária.
 - (D) cobrança de débito decorrente de relação de consumo.

79. Na ação de busca e apreensão de automóvel alienado fiduciariamente em garantia, a comprovação da mora do devedor deve se dar pela juntada com a petição inicial de
- (A) notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou de termo de protesto do título representativo da dívida, a critério do credor.
 - (B) notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou, se comprovada a impossibilidade de apresentação desta, de termo de protesto do título representativo da dívida.
 - (C) termo de protesto do título representativo da dívida ou, se comprovada a impossibilidade de apresentação deste, de notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos.
 - (D) notificação realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos e de termo de protesto do título representativo da dívida, cumprindo ao credor apresentar ambos os documentos.
80. Na ação de despejo por falta de pagamento, admite-se a concessão de medida liminar para desocupação do imóvel desde que
- (A) o atraso no pagamento dos aluguéis seja superior a três meses e preste o autor caução idônea.
 - (B) o atraso no pagamento dos aluguéis seja superior a seis meses, preste o autor caução no valor equivalente a três meses de aluguel e esteja o contrato garantido por fiança.
 - (C) preste o autor caução no valor equivalente a seis meses de aluguel e esteja o contrato garantido por seguro de fiança locatícia.
 - (D) preste o autor caução no valor equivalente a três meses de aluguel e esteja o contrato desprovido de garantia locatícia.

DIREITO PENAL

81. Em relação ao crime de bigamia, pode-se afirmar que se caracteriza quando:
- I. contrai alguém, sendo casado, novo casamento;
 - II. contrai alguém, sendo divorciado, por sentença ainda não transitada em julgado, novo casamento;
 - III. contrai alguém, sendo divorciado, por sentença transitada em julgado, mas não averbada à margem do assento de casamento, novo enlace.
- São corretas as afirmativas
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, II e III.

82. O ato de reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja é crime
- (A) de ação pública condicionada à representação da vítima.
 - (B) apenado com reclusão se o documento é público, e detenção ou multa, se o documento é particular.
 - (C) somente se a norma penal for complementada pelas Normas de Serviço da Corregedoria Geral de cada estado da Federação.
 - (D) apenado com reclusão em qualquer hipótese.
83. Pode-se afirmar que o princípio da legalidade
- (A) a depender do crime, pode ter índole constitucional ou infraconstitucional e é sinônimo de reserva legal.
 - (B) tem índole constitucional e tem por finalidade proteger o cidadão contra o arbítrio do poder punitivo estatal, já que deve haver perfeita correspondência entre a conduta praticada e a previsão legal.
 - (C) torna possível à medida provisória e lei delegada definirem crimes, criando tipos e impondo penas, desde que a exceção esteja prevista na Constituição Federal.
 - (D) torna possível a reprovação do autor de um fato punível porque, de acordo com as circunstâncias concretas, poderia e deveria agir de modo diferente.
84. Analise as afirmações a seguir.
- I. O ato de impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros constitui crime contra as relações de consumo, previsto na Lei n.º 8.078/90.
 - II. Nas certidões de registro civil, não se mencionará, em nenhuma hipótese, a circunstância de ser legítima ou não a filiação, por vedação legal expressa.
 - III. É cabível a ação mandamental de *habeas data*, a fim de permitir o fornecimento das informações registradas, ou em banco de dados das entidades governamentais ou de caráter público, relativas ao próprio interessado requerente.
- Está correto o que se afirma apenas em
- (A) II.
 - (B) III.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
85. Para fins penais, conceitua-se funcionário público como sendo
- (A) qualquer pessoa que exerça cargo, emprego ou função pública, na Administração direta ou indireta do Estado, mas não os que prestam serviços para empresas privadas, ainda que contratadas ou conveniadas para a execução de atividade típica da administração.
 - (B) qualquer pessoa que exerça, a qualquer título, ainda que transitoriamente e sem remuneração, função pública, na Administração direta do Estado.
 - (C) qualquer pessoa que exerça função pública, na Administração direta ou indireta do Estado, desde que não exerça atividades em entidades paraestatais ou do Terceiro Setor.
 - (D) quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública, tanto na Administração direta quanto indireta do Estado.
86. No que se refere à prova, no processo penal, pode-se afirmar que:
- I. a prova da alegação incumbirá a quem a fizer;
 - II. é facultado ao juiz de ofício ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes;
 - III. são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais;
 - IV. são inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda que não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras e as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- Está correto o que se afirma apenas em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, III e IV.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

87. Cabe recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença
- (A) do Tribunal do Júri, quando houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou medida de segurança.
 - (B) que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
 - (C) que absolver sumariamente o acusado.
 - (D) que pronunciar ou impronunciar o acusado.
88. Pelo instituto da remição,
- (A) computa-se, na pena privativa de liberdade e na medida de segurança, o tempo de prisão provisória.
 - (B) o ofendido concede perdão ao querelado.
 - (C) o querelante deixa de formular pedido de condenação nas alegações finais.
 - (D) o tempo de execução da pena em regime fechado ou semiaberto é reduzido pelo trabalho do condenado.

DIREITO COMERCIAL

89. A simples assinatura de um terceiro constante do anverso de uma nota promissória, abaixo da assinatura do subscritor, é considerada como
- (A) aceite.
 - (B) aval.
 - (C) endosso.
 - (D) fiança.
90. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a escritura de emissão de debêntures, sem garantia real, deve ser inscrita no
- (A) registro civil de pessoa jurídica.
 - (B) registro de imóveis.
 - (C) registro de títulos e documentos.
 - (D) registro do comércio.
91. Na compra e venda mercantil entre partes domiciliadas no território brasileiro, o título de crédito que documenta o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador é
- (A) a duplicata.
 - (B) o conhecimento de transporte.
 - (C) a letra de câmbio.
 - (D) a nota promissória.

92. Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A cédula de crédito industrial é promessa de pagamento em dinheiro, com garantia real, cedularmente constituída.
- (B) A cédula de crédito industrial somente vale contra terceiros desde a data da inscrição; antes da inscrição, a cédula obriga apenas seus signatários.
- (C) O portador que não tira, em tempo útil e forma regular, o instrumento do protesto da cédula de crédito industrial, perde o direito de regresso contra endossadores e avalistas.
- (D) Os bens vinculados à cédula de crédito industrial não serão penhorados ou sequestrados por outras dívidas do emitente ou do terceiro prestante da garantia real.

93. A concessão da recuperação judicial

- (A) depende da apresentação de certidões negativas dos cartórios de protesto.
- (B) impede o protesto de títulos ou documentos de dívida de responsabilidade do devedor.
- (C) é anotada no Registro Público de Empresas.
- (D) implica novação dos créditos anteriores ao pedido e afastamento do devedor ou seus administradores da condução das atividades empresariais.

94. Considere as afirmações a seguir.

- I. O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor.
- II. A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.
- III. A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito.

De acordo com as Súmulas do Superior Tribunal de Justiça, estão corretas

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

95. Quando o microempresário ou empresa de pequeno porte efetua o pagamento do título com cheque sem a devida provisão de fundos, os benefícios referentes ao protesto de títulos são automaticamente suspensos pelos cartórios de protesto pelo prazo de

- (A) 1 (um) mês.
- (B) 1 (um) ano.
- (C) 3 (três) anos.
- (D) 5 (cinco) anos.

96. Assinale a alternativa correta.

- (A) As quotas dos Fundos de Investimento Imobiliário constituem valores mobiliários, admitida a emissão sob a forma escritural.
- (B) Os Fundos de Investimento Imobiliário têm personalidade jurídica.
- (C) Os bens integrantes do patrimônio do Fundo de Investimento integram o patrimônio da instituição administradora.
- (D) É exigida a apresentação de Certidão Negativa de Débito, expedida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, para a alienação de bem imóvel integrante do patrimônio do Fundo de Investimento Imobiliário.

CONHECIMENTOS GERAIS

97. O art. 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal dispõe que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Com relação ao assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Os quilombos eram comunidades formadas por índios que resistiram à colonização europeia.
- (B) Os quilombos eram comunidades onde viviam pessoas de origem africana, independente da causa de sua formação.
- (C) Os quilombos eram comunidades isoladas formadas por escravos fugidos do cativeiro, sendo que os quilombos maiores, como Palmares, reproduziam a organização social africana, com reis e diversas classes sociais, incluindo escravos.
- (D) Os quilombos eram comunidades formadas por pessoas que resistiram às diversas formas de opressão, tais como a escravidão, a ditadura e as perseguições políticas.

98. O Brasil passou por uma mudança política relevante em 1889. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essa mudança.

- (A) A libertação dos escravos, que desagradou os proprietários de terra por um lado e trouxe o apoio dos libertos ao governo por outro.
- (B) A queda do governo, causada pelo déficit decorrente da Guerra do Paraguai alguns anos antes.
- (C) A aproximação com os governos da Argentina e do Uruguai, formando um bloco de comércio e defesa mútua que deu origem, nos dias de hoje, ao Mercosul.
- (D) A proclamação da república.

99. Considere as afirmações apresentadas a seguir com relação ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

- I. Elaborar e implementar o PCMSO é obrigatório para todo delegado do serviço notarial ou registral que tenha prepostos regidos pela CLT.
- II. Elaborar e implementar o PCMSO é obrigação do delegado do serviço notarial e registral que tenha prepostos regidos pela CLT para serviços que, pela natureza ou método de trabalho, exponham os trabalhadores a atividades insalubres ou perigosas.
- III. Elaborar e implementar o PCMSO é obrigação do delegado do serviço notarial ou registral que tenham mais de 10 (dez) prepostos regidos pela CLT.
- IV. O delegado deverá anualmente mandar realizar exame periódico para todos os prepostos da unidade de serviço notarial ou registral, atividade que se faz indispensável para identificação de alterações na saúde do funcionário quando comparadas a exames anteriores.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.

100. A sigla e-PING significa:

- (A) Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico.
- (B) Padrões de Interoperabilidade Nacional de Governo Eletrônico.
- (C) Padrões de Infraestrutura de Governo Eletrônico.
- (D) Padrões de Infraestrutura Nacional de Governo Eletrônico.

